

## A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil

Rayani Mariano dos Santos<sup>1</sup>

50

**Resumo:** O artigo analisa como discursos e ações contrários aos direitos das mulheres e de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (LGBT) contribuíram para o fortalecimento da extrema direita no Brasil. A contextualização das disputas relativas a gênero e sexualidade no país nas últimas décadas indica que essas questões estiveram no centro da política brasileira em diferentes momentos, como nas eleições de 2010; na ofensiva religiosa na Câmara dos Deputados contra o chamado “kit gay” em 2011; na articulação para a retirada das palavras “gênero” e “orientação sexual” do Plano Nacional de Educação em 2014; na misoginia presente no processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff etc. Nesses momentos, atores políticos conservadores venceram as disputas e se fortaleceram no campo político. A ofensiva conservadora-religiosa teve o protagonismo de políticos evangélicos e católicos, entre eles o atual presidente Jair Bolsonaro, que se aproveitou de algumas questões polêmicas para impulsionar sua carreira política.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidade; Conservadorismo; Direita.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política (UnB), mestra em Ciência Política (UnB), graduada em Jornalismo (UFSC). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. rayanimar@hotmail.com.

## Introdução

Em abril de 2014, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro (Partido Progressista-PP/RJ) fez um discurso no plenário da Câmara dos Deputados no qual discorreu a respeito da seguinte indagação: “Qual a cara da Direita, que é a minha cara?”<sup>2</sup>. Na ocasião, Bolsonaro menciona que estava à disposição de seu partido para concorrer à presidência e elenca algumas posições que julga representarem a direita, como a defesa da redução da maioria penal, o fim das cotas, a revogação do Estatuto do Desarmamento, a defesa da família contra o “kit gay” e a “ideologia de gênero”, entre outras questões. Naquele ano, ocorreram eleições para a presidência, mas Bolsonaro não se candidatou. Quatro anos depois, ele se tornaria o primeiro presidente com discurso abertamente evangélico pentecostal a vencer eleições no país por voto popular<sup>3</sup> (ALVES, 2018).

51

O objetivo desse artigo é analisar como a ofensiva contra os direitos das mulheres e de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (LGBT) se relaciona com o fortalecimento da extrema direita no Brasil e com a vitória de Bolsonaro. A hipótese é que a mobilização de temas relativos a gênero e sexualidade não é uma cortina de fumaça para a implementação dos reais objetivos de grupos de direita, mas questões centrais que são utilizadas para mobilizar a população e se tornam políticas que beneficiam certos grupos e prejudicam outros.

Este é um artigo teórico que articula uma revisão bibliográfica com a contextualização do período recente brasileiro marcado pela ascensão de deputados federais conservadores na Câmara, pelo fortalecimento de movimentos de direita no país que apoiaram o golpe parlamentar<sup>4</sup> contra a presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores-PT), e pela eleição e início do governo de Jair Bolsonaro.

---

<sup>2</sup> Discurso disponível em: <https://bit.ly/2RGctuE>. Acesso em: 25 jan. 2020.

<sup>3</sup> Alves (2018) explica que outros dois presidentes eram evangélicos, Café Filho (1954-1955) e Ernesto Geisel (1974-1979), mas nenhum deles foi eleito por voto popular.

<sup>4</sup> Não é objetivo desse artigo apresentar as controvérsias em torno do processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff, mas cabe mencionar que a cobertura jornalística do impeachment contribuiu para uma normalização e despolíticação do processo e apagamento dos aspectos que caracterizam um golpe parlamentar (PRUDENCIO, RIZZOTTO e SAMPAIO, 2018). Santos (2017) argumenta que a expressão “golpe parlamentar” indica uma situação de afastamento ilegal que, diferentemente de golpes militares, não é marcada pela violência escancarada. Neste artigo, essa interpretação que prevalece.

As fontes utilizadas para a contextualização são trabalhos acadêmicos, materiais jornalísticos e discursos realizados por deputados federais.

O texto está organizado em três seções e considerações finais. A próxima contém uma revisão bibliográfica sobre a ascensão da direita no Brasil e sua relação com questões de gênero e sexualidade. A terceira seção recupera a mobilização conservadora na Câmara dos Deputados relativa a questões de gênero e sexualidade. E a quarta discute como essas questões foram mobilizadas em eleições presidenciais recentes.

## **1. Fortalecimento da direita no Brasil**

No final da década de 1980, pesquisando sobre a direita no Brasil, Pierucci (1987) indagava até que ponto ela podia ser considerada “nova”. Para o autor, o medo e a agressividade não traziam o caráter de novo, mas na extremidade havia “indivíduos arregimentáveis para causas anti-igualitárias radicais e soluções autoritárias de direita” (PIERUCCI, 1987, p. 27). O autor escrevia num momento específico da história brasileira, pouco antes da aprovação da nova Constituição em 1988.

Naquela época, os políticos de esquerda não escondiam sua adesão, enquanto os de direita agiam de forma distinta, não expressando que estariam nesse espectro político. A ditadura militar contribuiu para que a direita fosse identificada como tudo que há de ruim (PIERUCCI, 1987). Diferentemente dessa conjuntura, uma das grandes novidades do contexto político brasileiro dos últimos anos é o fato de os partidos políticos e a população se assumirem como sendo de “direita” (KAYSEL, 2015).

Parte da dificuldade para caracterizar o momento atual brasileiro se deve à complexidade e abstração do termo direita. Diferentemente do conservadorismo, fascismo, liberalismo ou socialismo, “direita” não remete a uma corrente de pensadores, partidos ou movimentos (CRUZ, 2015). Tendo surgido para atender a objetivos práticos de determinado país, os termos “esquerda” e “direita” continuam sendo utilizados para se referir a campos opostos de uma escala espacial (CRUZ, 2015).

Para alguns autores, os termos devem ser entendidos como relacionais e flutuantes, sendo inútil estabelecer conteúdos fixos para cada um deles, enquanto outros advogam em defesa da possibilidade de classificar indivíduos e grupos em esquerda e direita segundo as posições que apresentam diante das questões centrais no debate público (CRUZ, 2015). Nessa controvérsia, Cruz (2015) argumenta, seguindo Steven Lukes, que diferentes variedades de esquerda compartilham o apreço pela igualdade e o compromisso com projetos de “retificação”, enquanto a direita seria uma categoria residual que se opõe a essas características.

Teóricos que estão tentando compreender o que está acontecendo no Brasil nos anos recentes falam de onda conservadora, neoconservadorismo, volta da direita, nova direita. Não há consenso na literatura sobre qual termo e articulações explicariam com maior clareza esse contexto, mas há acordo em relação à novidade do que está acontecendo. As análises partem de diferentes perspectivas para buscar compreender o fenômeno, destacando pensadores da direita no Brasil (MESSEMBERG, 2017; CHALOUB e PERLATTO, 2016); articulações conservadoras e religiosas no Congresso (LACERDA, 2018; MACHADO, 2017a; ALMEIDA, 2018); a ofensiva conservadora de forma mais ampla (BIROLI, 2017; MIGUEL, 2016).

53

A produção de teóricos que ganharam destaque na mídia nos últimos anos no Brasil mostra como o conservadorismo e a religião são importantes nas formulações desses autores. Chaloub e Perlatto (2016) destacam a crescente presença de uma reflexão abertamente de direita na imprensa e no mercado editorial do país, e propõem uma divisão entre direita teórica e direita militante para destacar as especificidades.

Um dos pontos de conexão entre a direita teórica e militante seria a ideia de que enquanto a esquerda é adepta de abstrações alheias ao funcionamento do mundo, a direita tem uma maior capacidade de interpretar a realidade, estaria mais próxima do que realmente ocorre (CHALOUB e PERLATTO, 2016). Os autores comentam que esse é um clássico argumento do pensamento conservador, e explicam que os temas relacionados aos direitos de mulheres, negros e homossexuais são utilizados por pensadores da direita para demonstrar “as dissonâncias entre a maioria da população e a minoria esquerdista” (CHALOUB e PERLATTO, 2016, p. 37).

Segundo Chaloub e Perlatto (2016), ao mesmo tempo em que os conservadores elogiam o liberalismo econômico, os liberais aderem ao conservadorismo moral.

Na falta de movimentos de afronta ao capital que fornecessem combustível ao discurso do terror comunista, – os governos petistas não fizeram, por exemplo, movimentos semelhantes ao de Jango no Comício da Central – a nova direita foi em busca de pautas morais e de combate às agendas de reconhecimento das minorias como agendas para justificar os ataques ao campo da esquerda (CHALOUB e PERLATTO, 2016, p. 38).

De forma semelhante, Messenberg (2017) analisa os discursos dos formadores de opinião das pessoas que participaram de manifestações de direita em 2015 no Brasil, classificando as principais ideias-força em três campos semânticos: antipetismo, princípios neoliberais e conservadorismo moral. O termo conservadorismo se refere a dois aspectos: a resistência às mudanças provocadas pela sociedade moderna e a defesa da família, religião e nação – “pilares da sociedade tradicional”. Ideias relacionadas à família tradicional e ao resgate da fé cristã fazem parte desse campo do conservadorismo moral. E inserido na terminologia da “família tradicional”, estão pautas como a oposição ao aborto, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, à “ideologia de gênero”, ao feminismo e a defesa da “cura gay” (MESSENERG, 2017).

54

A grande atenção às questões de gênero é colocada por autoras como Machado (2017a) e Lacerda (2018) como um diferencial do que era até então caracterizado como conservadorismo, e seria a explicação para se referir ao novo contexto brasileiro como neoconservador. Machado (2017a) argumenta que esse neoconservadorismo tem origem na mobilização em torno do aborto na Câmara dos Deputados, desde meados de 2005, quando foi criada uma Comissão Tripartite que discutiria a temática e deputados religiosos e conservadores se articularam com o Executivo e conseguiram retirar o apoio inicial daquele Poder em relação à questão, esvaziando o movimento que demandava a ampliação do direito ao aborto. Já Lacerda (2018) identifica na Casa um movimento semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos (EUA) nos anos 1980.

Lacerda (2018) argumenta que, assim como nos EUA, é possível falar no Brasil em um neoconservadorismo. A autora parte do argumento de Petchesky

(1981) de que o diferencial do neoconservadorismo para outras ideologias conservadoras e de direita é a importância das questões sexuais, reprodutivas e da família, o que seria observável tanto no contexto norte-americano quanto no brasileiro – onde há uma reação ao feminismo e à agenda LGBT. Buscando investigar se há um paralelo entre o neoconservadorismo norte-americano e o neoconservadorismo na Câmara dos Deputados no Brasil, Lacerda (2018) analisa diferentes temáticas que caracterizam a direita nos Estados Unidos observando como elas estão sendo apresentadas pelos deputados brasileiros, e conclui que há uma bancada neoconservadora na Câmara dos Deputados semelhante à dos EUA, não sendo a maior força política, mas apresentando relevância.

Tanto Lacerda (2018) quanto outras/os autoras/es citados nos parágrafos anteriores indicam as questões de gênero e de diversidade sexual como um dos elementos em torno dos quais a nova direita brasileira ou os conservadores se articulam. Kaysel (2015) argumenta que não é possível pensar sobre nova direita no Brasil sem compreender que ela possui uma longa história e importantes paralelos a serem considerados, como o moralismo da União Democrática Nacional (UDN) com o dos que protestam hoje, e as críticas à intervenção do Estado na economia dirigidas à Dilma Rousseff e ao segundo governo de Getúlio Vargas.

55

Algumas análises indicam que as manifestações de Junho de 2013 são um evento importante para se compreender o fortalecimento da direita no Brasil (CAVALCANTE, 2015). Até então o Partido dos Trabalhadores estava em seu terceiro mandato e os níveis de aprovação ao governo eram altos. Porém nas manifestações que ocorreram em diversas cidades brasileiras, iniciadas originalmente como protesto ao aumento do preço das passagens de transporte público em São Paulo, suas pautas se ampliaram, assim como os atores que participaram dessas manifestações, indo desde movimentos de esquerda, como o Passe Livre – responsável por organizar as primeiras manifestações, a novos movimentos de direita, que surgiram naquele contexto e ganharam força durante o processo de impeachment.

Após as manifestações de 2013, a popularidade do governo caiu. No início de junho, antes das manifestações, 57% dos brasileiros avaliavam o governo de Dilma Rousseff como bom ou ótimo; após o ciclo de protestos, esse percentual caiu para

30% (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013). Além disso, as eleições presidenciais de 2014 foram as mais disputadas dos últimos anos. Foi naquele contexto, em meados de 2014, que foi iniciada uma forte ofensiva na Câmara dos Deputados contra discussões e políticas de gênero.

Brown (2019) argumenta que forças da extrema direita chegaram ao poder em diversas democracias liberais, com sentimentos racistas, homofóbicos, sexistas etc. adquirindo bases políticas e legitimidade. Com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, o Brasil se tornou um desses casos. Analisando o presente político, Brown (2019, p. 118) destaca “o lugar da moralidade tradicional – tanto assegurando quanto emanando da família – dentro da razão neoliberal”.

56 Não é novidade que as questões de gênero e sexualidade se articulam com as famílias, e que as religiões possuem um ativismo relevante que busca manter visões tradicionais relacionadas a gênero e sexualidade, preservando um determinado modelo de família. Há um elemento transnacional na reação conservadora contra a igualdade de gênero e a diversidade sexual tanto porque a Igreja Católica é um ator importante nessa ofensiva quanto “porque a insegurança decorrente da fragilização dos sistemas conhecidos de proteção parece abrir oportunidades para que, mais uma vez, se convoque “a família” contra o fantasma da subversão moral” (BIROLI, 2018, p. 87). Nesse sentido, a mobilização da família articula não só a luta das religiões organizadas contra a igualdade de gênero e a diversidade sexual, mas serve a uma racionalidade neoliberal que mina cada vez mais outras possibilidades de afeto, de cuidado e de solidariedade que estejam fora do âmbito familiar.

O foco desse artigo é a compreensão de questões morais relativas a gênero e sexualidade e sua relação com a ascensão da extrema direita no Brasil. Mas é cada vez mais necessário refletir sobre como essas questões se articulam com o neoliberalismo.

### **3. Gênero e sexualidade em disputa na Câmara dos Deputados**

As disputas em relação a questões de gênero e sexualidade não são uma novidade na política brasileira. Ao menos desde os debates da Constituinte, questões

como o direito ao aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo são discutidas. Porém, na última década, elas ganharam uma centralidade inédita.

Ainda em 2004, o governo federal lançou o Programa Brasil sem Homofobia com o objetivo de combater a violência contra a população LGBT. No âmbito desse programa, surgiu o projeto Escola sem Homofobia, estruturado em dois eixos. Um deles mais relacionado a uma estratégia de comunicação sobre homossexualidade em contextos educativos, e que incluía a produção do material que acabou sendo pejorativamente chamado de “kit gay” (VITAL e LOPES, 2013). O momento em que essa ofensiva contra o material anti-homofobia iniciou foi particularmente complicado para o Partido dos Trabalhadores. Em maio de 2011, surgiram denúncias de que o patrimônio do ministro-chefe da Casa Civil do governo Dilma Rousseff, Antonio Palocci, havia aumentado 20 vezes em quatro anos, e a oposição começou a se articular para convocar o ministro para depor. E foi nesse contexto que a discussão sobre o kit se deu.

57 Há diferentes versões sobre como parlamentares teriam tomado conhecimento desse material. Uma é a do então deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ), que disse ter descoberto sozinho quando estava indo para o seu gabinete e passou por uma audiência que discutia questões relacionadas a homossexuais. Após o episódio, ele teria requisitado e visto os vídeos que seriam passados para os alunos como parte do programa Brasil sem Homofobia. A outra versão foi contada por Damares Alves, na época assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e hoje à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, criado no governo Bolsonaro. Ela relata que foram pessoas ligadas aos “Pró-Vidas Evangélicos e Católicos” que comunicaram Bolsonaro do material por e-mail. Independente de como foi descoberta a produção do material por deputados conservadores, o episódio mostra a articulação entre católicos e evangélicos “pró-vida” tanto na questão do aborto como na questão de direitos da população LGBT (VITAL e LOPES, 2013).

O primeiro discurso no plenário da Câmara sobre o kit foi realizado por Bolsonaro no dia 30 de novembro de 2010<sup>5</sup>. No pronunciamento, o deputado afirma

---

<sup>5</sup> Discurso disponível em: <<https://bit.ly/2S1ilxH>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

que “é o maior escândalo” que ele já tomou conhecimento, além de dizer que o kit “é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade”. Vital e Lopes (2013) relatam que em outros discursos Bolsonaro buscou convocar a “bancada religiosa” contra o kit.

Entre novembro de 2011 e abril de 2012, Bolsonaro praticamente atuou sozinho contra o kit, não só em discursos na Câmara, mas principalmente em entrevistas e programas de auditório. Entre fevereiro e março, dois deputados membros da FPE solicitaram requerimentos de informação ao Ministério da Educação (MEC); e no final de março, o então presidente da Frente, João Campos (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB/GO), fez um discurso contrário ao material (VITAL e LOPES, 2013).

Em 5 de maio de 2011, o STF julgou a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 132) e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4277), reconhecendo a união estável entre homossexuais. Essa decisão foi citada em diversos discursos contrários ao kit (VITAL e LOPES, 2013). É possível levantar a hipótese de que a decisão do STF influiu a organização contrária ao kit anti-homofobia.

58

No dia 15 de maio de 2011, a Folha de São Paulo noticiou pela primeira vez os escândalos contra o ministro da Casa Civil Antônio Palocci. E no dia 24 de maio o deputado João Campos (PSDB/GO) fez um discurso no plenário da Câmara, em nome da Frente Parlamentar Evangélica, da Bancada Católica e da Frente da Família, afirmando que iriam obstruir votações após o Código Florestal, apoiar a convocação de Palocci, e pedir a exoneração do ministro da Educação Fernando Haddad (VITAL e LOPES, 2013).

Haddad (2017) afirmou anos depois que essa “história toda, a começar pela expressão preconceituosa, é um exemplo de como uma informação falsa pode ser criada (e deliberadamente mantida) com intenções políticas nefastas – e conseqüências sociais que reverberam até hoje”. A sua versão da história é diferente das anteriores. Ele conta que a iniciativa original de produção do material não partiu do MEC, sendo uma demanda do Ministério Público e do Legislativo, e que deputados evangélicos, como Anthony Garotinho (Partido da República – PR/RJ), utilizaram no plenário da Câmara um material produzido pelo Ministério da Saúde,

para prevenção de DST/AIDS para caminhoneiros e profissionais do sexo, como se fosse o kit que seria distribuído para as escolas – que no momento ainda não havia sido aprovado.

A produção do material acabou sendo suspensa. Ao ser indagada sobre o caso por jornalistas, no dia 26 de maio de 2011, Dilma Rousseff afirmou que não seria “permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais” e que não concordava com o kit (VITAL e LOPES, 2013, p. 143). A fala da então presidenta mostra que ela reproduziu o discurso de parlamentares conservadores de que discutir questões de gênero e mostrar cenas afetivas de homossexuais é “fazer propaganda de opções sexuais”. Na ocasião, o governo não só suspendeu a produção do material como também contribuiu para a reprodução da homofobia e da desinformação no país. Sete anos depois, o tema voltou com bastante força nas eleições de 2018, influenciando o resultado do pleito.

59 Cabe mencionar que já nesse momento uma das estratégias utilizadas por grupos conservadores foi a intimidação de intelectuais que participaram de audiências públicas na Câmara dos Deputados defendendo direitos da população LGBT. Em 2012, o então deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) editou um vídeo com falas da professora do curso de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), Tatiana Lionço. O material foi divulgado por Bolsonaro e replicado em diversos sites conservadores e religiosos<sup>6</sup>. A intimidação de intelectuais feministas e LGBT se intensificaria com a ofensiva contra a “ideologia de gênero”, que será discutida em outro momento nesse artigo.

Alguns anos depois do episódio do kit, outra controvérsia em relação aos direitos da população LGBT seria protagonizada na Câmara. Reagindo diretamente à decisão do Supremo de tornar constitucional as uniões homoafetivas, deputados conservadores se articularam em torno do Estatuto da Família. O PL 6.583/2013, do deputado Anderson Ferreira (PR/PE), busca definir a entidade familiar “como o núcleo social formado a partir da união entre **um homem e uma mulher** (...) ou

---

<sup>6</sup> Um relato escrito pela professora Tatiana Lionço das intimidações sofridas está disponível em: <<http://cebes.org.br/2013/03/por-que-comecei-a-gritar-na-camara-dos-deputados-e-tempo-de-guerra-moral-no-brasil/>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (grifo original).

A Comissão Especial criada para emitir parecer sobre o projeto aprovou o Estatuto em 2015, excluindo os outros arranjos familiares e indo contra a decisão do STF relativa à união homoafetiva e gerando bastante polêmica e articulação de movimentos sociais e acadêmicos/as contra o Estatuto. Foram apresentados dois recursos, um da deputada Erika Kokay (PT/DF) e outro do deputado Jean Wyllys (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL/RJ), contra a apreciação conclusiva do PL na comissão e ele acabou não sendo enviado para o Senado<sup>7</sup>.

Além do Brasil, diferentes países da América Latina reconheceram a união civil entre pessoas do mesmo sexo na última década, como a Argentina e o México (2010), o Uruguai (2013), a Colômbia (2016), a Costa Rica (2018) e o Equador (2019) (BIROLI, 2019a). No período, também foram implementados em diferentes países a inclusão da educação sexual nos currículos escolares, como o Programa Nacional de Educação Sexual Integral (Lei nº 26150/2006) na Argentina.

60 Segundo Biroli (2019a), essas transformações causaram grandes reações e manifestações de rua em “defesa da família” em países como Colômbia, México e Peru a partir de 2016. Nesse contexto de reação conservadora na América Latina ganhou força o movimento “Con mis hijos no te metas” (“Não se meta com meus filhos”), contrário a discussões sobre gênero e orientação sexual nas escolas e defensor da autoridade familiar. Esses movimentos mobilizam a noção de “ideologia de gênero”, termo usado ainda nos anos 1990 pela Igreja Católica em reação à inclusão do termo gênero nas Conferências das Nações Unidas do Cairo (1994) e de Pequim (1995), para se opor a currículos escolares e mudanças na legislação (BIROLI, 2019a).

A forma como a ofensiva contra a “ideologia de gênero” ocorreu e foi mobilizada por diferentes políticos de direita se relaciona com a articulação iniciada pela Igreja Católica contra gênero, mas também com avanços relacionados a direitos das mulheres e da população LGBT nas últimas décadas. No Brasil, essa mobilização

---

<sup>7</sup> As informações sobre a tramitação do PL 6583/2013 estão disponíveis em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

é recente. Uma pesquisa no site da Câmara dos Deputados<sup>8</sup>, por exemplo, indica que em 2003 e 2004 o termo foi citado somente uma vez em cada ano e, em ambas ocasiões, pelo deputado Elimar Máximo Damasceno (Partido de Reedificação da Ordem Nacional - PRONA/SP) em discursos no plenário. Entre 2010 e 2014, a questão foi mencionada em poucos discursos (doze vezes no total), indicando que o termo ainda não era tão popular até esse momento.

O combate à chamada “ideologia de gênero” ganha força com a discussão do PL 8035/2010 (instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011/2020). Na ocasião, deputados e senadores conservadores se articularam e conseguiram retirar as palavras “gênero” e “orientação sexual” do documento aprovado. Mesmo após essa “vitória”, eles não pararam de discursar e propor projetos sobre o assunto, sendo 2015 o ano com maior número de iniciativas relativas à “ideologia de gênero” na Câmara (TEIXEIRA, 2019).

61 Outro projeto de lei discutido na Câmara dos Deputados que possui relação com as questões de gênero e sexualidade e ganhou destaque nos últimos anos busca reforçar a autoridade familiar em detrimento da estatal. O PL 7180/14, proposto pelo deputado Erivelton Santana (Partido Social Cristão - PSC/BA), busca alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), estabelecendo a precedência dos valores de ordem familiar sobre a educação escolar. E, pouco depois, o deputado Izalci (PSDB/DF) apresentou o PL 867/15, que pretende incluir, entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Programa Escola sem Partido. O projeto de Izalci foi apensado ao PL 7180/14. Esse projeto e seus substitutivos abarcaram não só a criminalização da esquerda – que seria a responsável pela suposta doutrinação que ocorre nas escolas, mas também a proibição das discussões sobre gênero e sexualidade.

Foi criada uma Comissão Especial para discutir o PL 7180/2014 e todos os outros apensados a ele que possuem relação com o Programa Escola sem Partido<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Essa busca foi realizada da seguinte forma: digitou-se “ideologia de gênero” no campo “O que você busca” no site da Câmara dos Deputados; marcou-se a opção “Discursos”. A busca está disponível em: <<https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaDiscursos&pagina=18&order=data&abaEspecificada=false&q=%22ideologia%20de%20g%C3%AAnero%22>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

<sup>9</sup> A tramitação do PL 7180/2014 está disponível em:

Em maio de 2018, o relator do projeto na Comissão Especial, deputado Flavinho (PSC/SP), se pronunciou em seu relatório pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e pela aprovação. Cabe destacar que o deputado Flavinho é da Renovação Carismática Católica, e que antes da criação da Comissão Especial, o PL 7180/14 havia tramitado na Comissão de Educação, sendo relatado também por um parlamentar católico, Diego Garcia (Partido Humanista da Solidariedade - PHS/PR). Além disso, na mesa composta na Comissão Especial por quatro deputados, apenas um não se identificava publicamente como religioso, e os outros três eram evangélicos. A legislatura terminou sem que o projeto fosse votado, por isso ele foi arquivado. (SANTOS, 2019).

No início de 2019, com a nova legislatura, o PL foi desarquivado, e, em dezembro de 2019, foi criada nova Comissão Especial para discutir o projeto. Entre o início de 2019 e janeiro de 2020, outros onze projetos de lei já haviam sido propostos e apensados ao PL 7180/2014. Alguns têm caráter semelhante ao projeto inicial e outros visam garantir a liberdade de cátedra dos professores e/ou incentivar discussões que diminuam a discriminação nas escolas.

62

O pertencimento religioso de parlamentares interessados na discussão sobre o Escola sem Partido ficou evidente. Anteriormente, quando foi criada uma Comissão Especial para discutir o Estatuto da Família, isso também ocorreu. Como apresentado nos parágrafos anteriores, a atuação de deputados evangélicos e católicos é central nessa ofensiva conservadora contra os direitos das mulheres e da população LGBT, e ela foi se tornando mais efetiva e organizada ao longo do tempo. (SANTOS, 2019).

Desde 2010, a direita vem se fortalecendo no Brasil, assim como nos Estados Unidos e em países europeus como Reino Unido e Hungria, indicando uma guinada conservadora nas democracias ocidentais (CODATO, BERLATTO e BOLOGNESI, 2018, p. 871). Adaptando uma ordenação proposta por Coppedge (1997) no final dos anos 1990 para classificar partidos da América Latina, que leva em consideração tanto a dimensão esquerda-direita quanto a oposição entre “confessional” e

---

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

“secular”, Codato, Berlatto e Bolognesi (2018) propõem os seguintes grupos: confessional de direita, personalista, secular de centro, secular de centro-esquerda, secular de esquerda e secular de direita. Os partidos confessionais de direita têm sua ideologia e/ou programa baseados abertamente em concepções religiosas ou são ligados a igrejas e movimentos de cunho conservador, como “pró-vida” ou “pró-família”. Os seguintes partidos são classificados pelos autores como pertencentes a esse grupo: Partido Ecológico Nacional (Patriota desde 2018), Partido Social Cristão, Partido Republicano Brasileiro (Republicanos desde 2019), Partido da República (Partido Liberal desde 2019) e Partido Social Democrata Cristão (Democracia Cristã).

A importância de subdividir os partidos reside no fato de que os autores mostram que o crescimento da direita na Câmara dos Deputados nas eleições de 2010 e de 2014 foi puxado principalmente pelos partidos confessionais de direita, sendo que em 2014 os partidos personalistas também contribuem bastante. A ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados, principalmente a partir de 2014, tem relação com o crescimento dessa direita confessional.

63

O Congresso eleito em 2014, que tomaria posse em 2015, foi o mais conservador das últimas décadas. Com o início da nova legislatura em 2015, o deputado Eduardo Cunha (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB/RJ) conseguiu se eleger como presidente da Câmara, representando interesses tanto empresariais quanto religiosos. Cunha é evangélico e fortaleceu durante seu mandato pautas conservadoras, como o Estatuto da Família. Foi em 2015 que, pela primeira vez, a Frente Parlamentar Evangélica conseguiu se formalizar oficialmente<sup>10</sup>.

Uma estratégia usada pelos evangélicos é tratar de questões que realmente os interessam, mas que também são capazes de mobilizar a sociedade (VITAL e LOPES, 2013). É possível afirmar que os direitos da população LGBT são um dos temas que mais mobilizam os evangélicos. Prandi e Santos (2017) mostram que 46,2% da bancada evangélica possui uma visão negativa da homossexualidade, e

---

<sup>10</sup> Deputados evangélicos se organizam através da Frente Parlamentar Evangélica desde 2003. Mas a formalização da frente, que necessita da assinatura de um terço dos membros do Legislativo, só ocorreu em 2015.

argumentam que esse é o tema por excelência em torno do qual eleitores e parlamentares evangélicos se mobilizam.

No Brasil, desde a constituinte, representantes evangélicos são eleitos para o Congresso, e apesar de não serem um grupo homogêneo, é possível afirmar que eram conservadores (PRANDI e SANTOS, 2017). Em 2002, foram eleitos 50 deputados evangélicos, mantendo o número da última eleição (DIAP, 2002). Em 2006, ocorreu um fato atípico em relação à bancada, que diminuiu para 36 deputados, em razão provavelmente do escândalo de corrupção chamado na época de Sanguessugas e que envolveu principalmente deputados da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), mas também da Assembleia de Deus (DIAP, 2005). Em 2010, o número de deputados eleitos subiu para 70 (DIAP, 2010). E em 2014 e 2018, os evangélicos eleitos foram 75 (DIAP, 2014) e 85 (DIAP, 2018), respectivamente. Entre 2010 e 2014, o número de evangélicos eleitos não aumentou significativamente, mas, como discutido por Machado (2017b), criou-se um ambiente favorável para grupos mais conservadores do Cristianismo. E esse ambiente contribuiu para os fatos políticos que ocorreram posteriormente, como o afastamento de Dilma Rousseff.

64

## **2. A mobilização das questões de gênero e sexualidade nas eleições Presidenciais**

A seção anterior mostrou diferentes debates relacionados a gênero e sexualidade que ocorreram na Câmara dos Deputados. Nesta seção, o objetivo é discutir como essas questões têm repercutido nas eleições para o Executivo Federal.

Eleições presidenciais são momentos marcantes da disputa política e é possível afirmar que questões distintas são destacadas na cobertura eleitoral (MANTOVANI, 2014). Em 2002, por exemplo, a ênfase foi dada aos candidatos e não às propostas, e em 2006, a ética foi a temática destacada (MANTOVANI, 2014). Já nas eleições de 2010 e 2018, questões de gênero e sexualidade estiveram no centro da cobertura e dos debates.

As eleições presidenciais de 2010, quando foi eleita a primeira mulher para o cargo máximo, foram marcadas pelo debate sobre aborto. Após perder intenções

de votos em segmentos evangélicos, a então candidata Dilma Rousseff (PT) se comprometeu a deixar nas mãos do Congresso Nacional questões relativas ao aborto, união homoafetiva, formação familiar, num gesto que buscava a aproximação com segmentos evangélicos (MACHADO, 2012). Ela venceu as eleições, mas o comprometimento feito com grupos evangélicos não impediu que seus mandatos fossem marcados por uma série de disputas relativas a gênero e sexualidade, como a controvérsia em torno do kit anti-homofobia e a discussão sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação, discutidos na seção anterior.

Biroli (2016) argumenta que trabalhos anteriores (MIGUEL e BIROLI, 2011) que buscavam investigar a cobertura sobre mulheres na política em revistas brasileiras possibilitavam a conclusão de que as visões mais estereotipadas sobre as mulheres estavam superadas. Porém, a eleição de Dilma Rousseff e a cobertura midiática contra ela e, principalmente, no período do impeachment, mostrou representações extremamente estereotipadas e violentas da presidenta (BIROLI, 2016).

65

Com o afastamento de Dilma Rousseff em abril de 2016, o vice Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) assumiu a presidência. Além do simbolismo presente em um processo controverso de impeachment contra a primeira presidenta mulher do país, houve uma aproximação entre o Executivo e setores religiosos e/ou conservadores com o novo governo. A indicada para a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, por exemplo, foi Fátima Pelaes, que havia sido deputada federal entre 1991 e 2015 e era presidenta do PMDB Mulher. Pelaes ganhou destaque na mídia durante seu mandato como secretária por estar realizando cultos evangélicos na sede da secretaria em Brasília. Além disso, a primeira reunião oficial do presidente foi com a bancada evangélica (MACHADO, 2018).

Nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL) venceu Fernando Haddad (PT) no segundo turno com uma vantagem de 10,7 milhões de votos. É impossível saber exatamente quantos evangélicos votaram em Bolsonaro, mas Alves (2018) supõe que 21,5 milhões de evangélicos votaram em Bolsonaro, enquanto 10 milhões votaram em Haddad. Bolsonaro também ganhou entre

católicos, mas com uma diferença bem menos significativa de cerca de 164 mil votos. No Brasil, a maior parte da população ainda é católica, mas o número de evangélicos está crescendo. Em 1994, 75% dos brasileiros eram católicos, enquanto 14% eram evangélicos; em 2016, a porcentagem de católicos era 50%, e a de evangélicos, 29% (DATAFOLHA, 2016).

Cabe mencionar que líderes evangélicos podem apoiar candidatos, mas isso não significa que os fiéis irão segui-los. Uma pesquisa do DataFolha (2016), por exemplo, indica que, durante a campanha, 23% dos evangélicos dizem levar em consideração a opinião dos líderes de suas igrejas para escolher seus candidatos; enquanto 10% dos católicos dizem fazer o mesmo. A pesquisa também mostra que enquanto 44% dos evangélicos concordam que os líderes religiosos devem ser candidatos, a porcentagem entre os católicos é de 26%.

Líderes evangélicos apoiaram o PT em eleições anteriores, em 2002, 2006 e 2010 (CRISTINA, 2002; MARIANO, HOFF e DANTAS, 2006; MACHADO, 2012). É importante mencionar que esse apoio não foi de todos os líderes evangélicos, já que os evangélicos constituem um grupo heterogêneo, com posições distintas entre as várias denominações. Mas nas eleições de 2014, eles retiraram parte do apoio à candidata do PT, Dilma Rousseff, e ficaram mais divididos (CUNHA, LOPES e LUI, 2017).

Segundo Almeida (2019), durante a campanha Bolsonaro fez fortes sinalizações aos evangélicos, se apresentando como cristão, mas sem acentuar seu catolicismo. “Mobilizados pelas pautas dos costumes, pelo medo da ameaça comunista e pelo apelo à honestidade das pessoas de bem, muitos evangélicos votaram nele” (ALMEIDA, 2019, p. 206). Para o autor, é preciso entender que há evangélicos que não são conservadores, assim como há conservadores católicos, de outras religiões e não religiosos. Porém, Almeida (2019, p. 212) argumenta que o aumento do número de evangélicos no país “teve importância significativa na eleição de Jair Bolsonaro. Desse modo, o foco nos evangélicos se dá não como causa ou resultado do processo mais geral, mas em articulação a ele”. O autor também defende que a agenda neoliberal tem pouco apoio popular e que, por essa razão, são comuns as alianças entre conservadorismo moral e liberalismo econômico com o objetivo de se sair melhor nas campanhas eleitorais.

Nesse conservadorismo moral, as questões de gênero se sobressaem. Para Grzebalska, Kováts e Petó (2017), em diferentes locais do mundo, a mobilização do “gênero” foi realizada das seguintes formas: I) Primeiro, pela construção de uma dinâmica onde “gênero” é percebido como um conceito ameaçador dentro do qual a direita uniu diferentes aspectos em oposição à agenda progressista com um só guarda-chuva que passou a ser chamado de “ideologia de gênero”. O termo abarcaria, segundo as autoras, desde um meio de rejeitar diferentes aspectos de ordem socioeconômica à influência das instituições transnacionais e da economia global em estados-nação, além da rejeição da priorização das políticas identitárias em detrimento das materiais. II) Segundo, a demonização da “ideologia de gênero” se tornou uma chave retórica na construção de um consenso sobre o que é normal e legítimo. III) Por último, a oposição às “políticas de gênero” e ao “Marxismo cultural” permitiu que a direita criasse uma ampla aliança e unisse vários atores que não cooperavam entre si no passado.

67

Talvez a eleição de Jair Bolsonaro tenha relação com os três pontos apresentados pelas autoras. Cabe ressaltar que sua vitória também se articula com outros aspectos, como o fechamento da democracia no país desde o golpe parlamentar de 2016, a prisão do candidato que estava em primeiro lugar em todas as pesquisas, o atentado sofrido por Bolsonaro, a crise econômica e de representação etc. Mesmo assim, é relevante enfatizar a importância das questões de gênero porque ao menos desde o início dos anos 2010, elas estiveram no centro da atuação de Bolsonaro como parlamentar.

Como discutido anteriormente, desde 2011 Bolsonaro fala sobre o “kit gay”. Em 2018, durante a campanha, ele usou essa questão para dizer que o Partido dos Trabalhadores estava tentando ensinar sexo para crianças nas escolas, e quando foi ao maior telejornal do país, o Jornal Nacional, para ser entrevistado, levou o livro *Le Guide du zizi sexuel*, traduzido para o português, afirmando que era parte do “kit gay” que seria distribuído às escolas. O Tribunal Superior Eleitoral proibiu Bolsonaro de promover questões relacionadas ao “kit gay”, argumentando que era uma notícia falsa e que o kit nunca existiu.

Nas eleições de 2018, as notícias falsas, ou *fake news*, foram bastante frequentes, e muitas tinham relação com questões de gênero e sexualidade. A

segunda *fake news* mais compartilhada no primeiro turno das eleições de 2018 foi a de que o deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ) seria o ministro da Educação caso Haddad ganhasse as eleições (TARDÁGUILA e MARÉS, 2018). Cabe recordar que Jean Wyllys é homossexual, se notabilizou como um defensor das causas LGBT no parlamento e protagonizou alguns embates com Jair Bolsonaro quando ambos estavam na Câmara dos Deputados.

A sexta *fake news* mais compartilhada também tinha relação com essa batalha relacionada a gênero. Era uma foto de Haddad com a seguinte frase: “Haddad diz que estado decide se crianças serão meninos ou meninas”, com 51 mil compartilhamentos, levando o TSE a mandar que ela fosse retirada da rede (TARDÁGUILA e MARÉS, 2018).

Não é coincidência que questões de gênero e sexualidade figurem como temas em algumas das principais notícias falsas propagadas na campanha de 2018, já que a trajetória política de Bolsonaro tem como aspecto importante a mobilização desses temas. Nascimento et al (2018) analisaram a agenda política associada a Bolsonaro nos últimos 30 anos nos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. Os autores separaram as questões em onze grupos, e o que tinha mais artigos na mídia foi denominado “anti-direitos humanos”, agrupando artigos relacionados à população LGBT, mulheres, negros, direitos humanos e liberdade de expressão. Segundo os autores, nos primeiros anos essa questão não era tão comum, mas se intensificou desde 2011, quando Dilma Rousseff se tornou presidente. Como Bolsonaro tinha uma posição polêmica contra os direitos LGBT, suas declarações sobre o assunto foram publicadas com frequência nos jornais.

Em 2011, ele tinha acabado de ser eleito para seu sexto mandato, com 120 mil votos. Naquele ano, ele participou do programa CQC, da Rede Bandeirantes, e fez duas declarações preconceituosas que ganharam repercussão. A primeira foi sobre homossexuais. Perguntado como reagiria se um de seus filhos fosse gay, ele respondeu: “Isso nem passa pela minha cabeça porque eles tiveram uma boa educação. Eu sou um pai presente, então não corro esse risco”. A segunda foi sobre racismo. A cantora Preta Gil perguntou ao então deputado o que ele faria se um de seus filhos se apaixonasse por uma mulher negra, e ele respondeu: “eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. Meus filhos

foram muito bem-educados e não viveram em um ambiente como, lamentavelmente, é o seu”. (VEJA, 2019).

Assim, em 2011, Bolsonaro começou a aparecer mais na mídia em questões relacionadas a gênero, sexualidade e raça. Nesse mesmo ano, ele disse que, se as eleições fossem naquele dia, ele teria 500 mil votos (ÉBOLI, 2011), ou seja, ele previa que suas declarações racistas e homofóbicas contribuiriam para sua popularidade. Em 2014, como apresentado, ele estava pensando em concorrer à presidência, identificando-se como representante da direita. E naquele ano ele teve quatro vezes mais votos do que em 2011, sendo o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro.

Em 2018, ele venceu as eleições para a presidência, iniciando o mandato em 2019. Uma das mudanças realizadas por seu governo na estrutura administrativa foi a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A história desse ministério começou em 1997, quando Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira, criou a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (também chamada de Secretaria Especial de Direitos Humanos), com estatuto de Ministério. Também durante o governo FHC foi criada a Secretaria do Estado dos Direitos da Mulher, em 2002. Até a reforma ministerial realizada por Dilma Rousseff em 2015, havia no governo as seguintes secretarias com status de ministério: Políticas para as Mulheres, Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos. As três foram transformadas em um só ministério no início do segundo mandato de Rousseff, quando o discurso de que o governo deveria diminuir os gastos e realizar uma reforma fiscal foi hegemônico e prevaleceu.

Com a chegada de Bolsonaro ao governo, o órgão foi transformado em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Cabe ressaltar o fato de que a palavra mulher tem a grafia no individual, e que pela primeira vez a palavra família foi incluída. A escolhida para chefiar o ministério é Damares Alves, advogada e pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular. A ministra trabalhou como assessora parlamentar de políticos ligados à Frente Parlamentar Evangélica antes de ser indicada para o novo cargo. Em seu discurso de posse, no dia 3 de janeiro de 2019, Damares deu algumas pistas sobre seu mandato. Ela disse que quando fala em vida, está se referindo à vida desde a concepção – reforçando sua posição contrária

ao aborto – e afirmou que “um dos desafios desse atual governo é acabar com o abuso da doutrinação ideológica”<sup>11</sup>.

Entre as ações do primeiro ano como ministra estão: o início de estudos para auxiliar a elaboração de projetos de lei que versem sobre acolhimento e adoção de idosos; formulação de implementação de política pública visando a iniciação sexual tardia; cancelamento da Conferência Nacional da Criança e do Adolescente; elaboração de um canal de denúncias contra escolas/professores que tratem de questões “contra a moral, a religião e a ética da família” (CANOFRE, 2019); criação do canal Disque 100 para professores denunciarem pais que não acompanham a vida escolar do filho.

As medidas são controversas e foram bastante exploradas pela mídia, contribuindo para que a ministra aparecesse com frequência no noticiário. Pesquisa Datafolha realizada em dezembro de 2019 sobre aprovação de ministros do governo Bolsonaro indicam que 55% dos entrevistados a conhecem (perdendo apenas para os ministros Sérgio Moro, da Justiça, e Paulo Guedes, da Economia), e que 43% consideram sua atuação como ótima ou boa (CARAM, 2019).

70

O protagonismo da ministra Damares Alves no governo de Jair Bolsonaro indica que questões de gênero e sexualidade são aspectos centrais de seu projeto e não apenas recursos para mobilizar a população contra candidatos de esquerda.

## **Considerações finais**

Este artigo objetivou discutir a relação entre a mobilização de questões de gênero e sexualidade e a ascensão da extrema direita no país. Para isso, apresentou brevemente uma discussão sobre direitas no Brasil e seu fortalecimento. Em seguida, foi contextualizada a última década, período marcado por avanços e reações no que se refere aos direitos das mulheres e da população LGBT. Na política brasileira, a mobilização em torno da retirada de direitos da população LGBT e de mulheres tem início na Câmara dos Deputados, ainda em meados dos anos 2000,

---

<sup>11</sup> Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HZExRJAm7tA>. Acesso em: 26 jan. 2020.

mas é intensificada a partir de 2010, influenciando também nas eleições presidenciais.

Mais recentemente, desde a posse de Michel Temer (PMDB), representantes religiosos, principalmente evangélicos, têm ganhado força também no Executivo. Vale mencionar que Jair Bolsonaro foi um dos deputados federais que participaram das reações conservadoras protagonizadas na Câmara dos Deputados, não sendo uma coincidência ele ter se tornado presidente. Naquela Casa, deputados evangélicos foram se fortalecendo e conseguindo se organizar de forma mais efetiva, sendo momentos marcantes a ofensiva contra o kit anti-homofobia, a articulação em torno do Estatuto da Família, a retirada das expressões gênero e orientação sexual do PNE.

Essas disputas na Câmara deram visibilidade para essas pautas e contribuíram para que políticos de direita pudessem mobilizá-las provocando o que tem sido chamado de pânico moral. O conceito reflete um contexto marcado por medo e pressão por mudança social, no qual “o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um status valorizado como a família ou o casamento” (MISKOLCI, 2007, p. 112). Para o autor, o que caracteriza o pânico moral é o fato de a preocupação e reação serem desproporcionais ao perigo real.

71

Isso não equivale à afirmação de que a ascensão da direita não tenha outros motivos. Mas é importante destacar a centralidade das questões de gênero, que tiveram protagonismo não só no caso brasileiro, mas em diferentes países da América Latina, onde foi possível observar grandes manifestações contrárias a discussões de gênero nas escolas (BIROLI, 2019). Além disso, cabe mencionar o próprio ataque a intelectuais que trabalham com teorias feministas e de gênero. No Brasil, pesquisadoras como Débora Diniz e Tatiana Lionço sofreram ameaças nos últimos anos devido a suas pesquisas e intervenções no debate público sobre temas como aborto e direitos da população LGBT.

Teóricas feministas, como Pateman (1989) e Okin (1989), têm criticado há décadas a exclusão das mulheres do mundo público, e problematizado a separação entre as esferas pública e privada que é suposta pela maior parte dos teóricos políticos quando elaboram suas teorias. A dificuldade da Ciência Política em

reconhecer a influência na política de questões consideradas como pertencentes à esfera privada tem como uma das consequências a indiferença (ou minimização) em relação às disputas sobre questões de gênero, sexualidade e famílias.

É necessário que a Ciência Política olhe para as desigualdades de gênero e para a sexualidade compreendendo-as não só como questões que podem ser mobilizadas pela direita e convencer eleitores conservadores, mas como um aspecto central em nossas sociedades e prioritário. As questões discutidas nesse artigo mostram que disputas relativas a gênero e sexualidade estiveram no centro da política brasileira em diferentes momentos. Atualmente, ocorre a implementação de uma agenda anti-gênero e sexualidade pelo governo Executivo que pode trazer retrocessos relevantes no que se refere a direitos das mulheres adultas e adolescentes, da população LGBT e das crianças e jovens que têm seus direitos a uma educação plural negados.

## Referências

72

ALMEIDA, R. (2018) “Deuses do parlamento: os impedimentos de Dilma”. In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp.

ALMEIDA, R. (2019) “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213.

ALVES, J. E. D. (2018) *O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro em 2018*. Blog IHU. 2 nov. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BIROLI, F. (2016) “Political violence against women in Brazil: expressions and definitions”. *Direito e Práxis*, v. 7, n. 15, p. 557-589.

BIROLI, F. (2017) “O fim da Nova República e o casamento infeliz entre neoliberalismo e conservadorismo moral”. In: BUENO, W. et al (Org.). *Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil*. Porto Alegre: Zouk.

BIROLI, F. (2018) “Reação conservadora, democracia e conhecimento”. *Revista Antropologia*, v. 61 n. 1, p. 83-94.

BIROLI, F. (2019) “Democracy, family, and the backlash against gender in Latin America”. *Conferencia Internacional. Feminismos y conservadorismos en América Latina*. FLACSO. México.

BROWN, W. (2019) *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CANOFRE, F. (2019). *Damares anuncia canal de denúncias para questões contra moral, religião e ética nas escolas*. Folha de São Paulo, 19 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/damares-anuncia-canal-de-denuncias-para-questoes-contra-moral-religiao-e-etica-nas-escolas.shtml>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CARAM, B. (2019). *Moro e Guedes têm alta aprovação entre ricos e baixa entre pobres, diz Datafolha*. Folha de São Paulo, 9 dez. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/moro-e-guedes-tem-alta-aprovacao-entre-ricos-e-baixa-entre-pobres-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CAVALCANTE, S. (2015) “Classe média e conservadorismo liberal” In: VELASCO, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (Org.) *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. (2016) “A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política”. *Insight Inteligência*, n. 72.

CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. (2018) “Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica”. *Análise Social*, n. 229, p. 870-897.

COPPEDGE, M. (1997) “A Classification of Latin American Political Parties”. *Working Paper*. The Helen Kellogg Institute for International Studies.

CRISTINA, F. (2002). “Lula ganha apoio de pastores evangélicos no Rio”. *Folha de São Paulo*, 10 Out. 2002. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/10/17/ult27u27501.jhtm>>. Acesso em: 29 set. 2019.

CRUZ, S. V. (2015) “Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual”. In: VELASCO, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

CUNHA, C. V.; LOPES, P. V. L.; LUI, J. (2017) *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

DATAFOLHA. (2016) *Perfil e opinião dos evangélicos no Brasil – total da amostra*. 7 dez. 2016 e 8 dez. 2016.

DIAP. (2002) *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2003-2007*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Brasília, DF: DIAP.

DIAP. (2006) *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2007-2011*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Brasília, DF: DIAP.

DIAP. (2010) *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2011-2015*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Brasília, DF: DIAP.

DIAP. (2014) *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Brasília, DF: DIAP.

DIAP. (2018) *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2019-2023*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Brasília, DF: DIAP.

ÉBOLI, E. (2011). “Bolsonaro diz que se eleição fosse hoje teria meio milhão de votos”. *O Globo*. 6 abr. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-que-se-eleicao-fosse-hoje-teria-meio-milhao-de-votos-2800165>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2013) “Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos”. 29 jun. 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

GRZEBALSKA, W.; KOVÁTS, E.; PETŐ, A. (2017) “Gender as symbolic glue: how ‘gender’ became an umbrella term for the rejection of the (neo) liberal order”. *Political critique*, 13 jan. 2017. Disponível em: <<http://politicalcritique.org/long-read/2017/gender-as-symbolic-glue-how-gender-became-an-umbrella-term-for-the-rejection-of-the-neoliberal-order/>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

HADDAD, F. (2017) “Vivi na pele o que aprendi nos livros. Um encontro com o patrimonialismo brasileiro”. *Piauí*. Ed. 129, jun. 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

KAYSEL, A. (2015) “Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras”. In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

74

LACERDA, M. B. (2018) *Neoconservadorismo: articulação pró-família, punitivista e neoliberal na Câmara dos Deputados*. Tese (Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MACHADO, L. Z. (2017a) “O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador”. *Cadernos Pagu*, n. 50.

MACHADO, M. D. C. (2012) “Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 25-54.

MACHADO, M. D. C. (2017b) “Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47.

MACHADO, L. Z. (2016) “Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47.

MACHADO, M. D. C. (2018) “Religion and Moral Conservatism in Brazilian Politics”. *Politics and Religion Journal*, v. 12, n. 1.

MANTOVANI, D. (2014) *Quem agenda a mídia? Um estudo de agenda-setting a partir da tematização do aborto nas eleições de 2010*. Tese (Ciência Política). Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília. Brasília.

MARIANO, R.; HOFF, M.; DANTAS, T. Y. S. (2006) “Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos”. *Debates do NER*, n. 7, v. 10, p. 65-78.

- MESSEMBERG, D. (2017) “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 621-647.
- MIGUEL, L. (2016) “Da ‘doutrinação marxista’ à ‘ideologia de gênero’ – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro”. *Direito e Práxis*, v. 07, n. 15, p. 590-621.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (2011) *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora da Unesp.
- MISKOLCI, R. (2007) “Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay”. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 101-128.
- NASCIMENTO, L.; ALECRIM, M.; OLIVEIRA, J.; OLIVEIRA, M.; COSTA, S. (2018) “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”. *Plural*, n. 1, v. 25, p. 135-171.
- OKIN, S. (1989) *Justice, gender and the family*. New York: Basic Books.
- PATEMAN, C. (1989) *The disorder of women*. Stanford: Stanford University.
- PETCHESKY, R. P. (1981) “Antifeminism, and the Rise of the New Right”. *Feminism Studies*, vol. 7, n. 2, p. 206-246.
- PIERUCCI, A. F. (1987) “As bases da nova direita”. *Novos Estudos*, n. 19.
- PRANDI, R.; SANTOS, R. W. (2017) “Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica”. *Tempo Social*, vol. 29, n. 2.
- PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. C. (2018) “A Normalização do Golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do ‘impeachment’ de Dilma Rousseff”. *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 02, p. 08-36.
- RAMALHO, R.; MENDES, P. (2013) “Religiosos pedem veto a trecho de lei que permite ‘profilaxia da gravidez’”. *G1*, 17 jul. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/religiosos-pedem-veto-trecho-de-lei-que-permite-profilaxia-da-gravidez.html>>. Acesso em: 16 jan. 2020.
- SANTOS, R. M. (2019) *As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo*. Tese (Ciência Política). Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília. Brasília.
- SANTOS, W. G. (2017) *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- TEIXEIRA, R. P. (2019) “*Ideologia de gênero*”? As reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, UnB. Brasília.
- VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. C. (2020) “Religious Patterns of Neoconservatism in Latin America”. *Politics and Gender*, v. 16.
- VEJA (2019). *TJ mantém condenação de Bolsonaro por resposta a Preta Gil e falas ao CQC*. 10 maio 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/tj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-resposta-a-preta-gil-e-falas-ao-cqc/>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

VITAL, C.; LOPES, P. V. L. (2013) *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Instituto de Estudos da Religião (ISER).

Recebido em 28 de janeiro de 2020  
Aprovado em 30 de abril de 2020  
<https://doi.org/10.31990/agenda.2020.1.2>

## **The mobilization of gender and sexual issues and the strengthening of the right wing in Brazil**

**Abstract:** This paper analyzes how speeches and actions contrary to the rights of women and lesbians, gays, bisexuals, transsexuals, transvestites, and transgender (LGBT) contributed to the strengthening of the far-right in Brazil. The contextualization of disputes related to gender and sexuality in the country in recent decades indicates that these issues were at the center of Brazilian politics at different times, such as the 2010 elections, in the religious offensive in the Chamber of Deputies against the so-called "gay kit" in 2011, in the articulation for the removal of the words "gender" and "sexual orientation" from the National Education Plan in 2014, in the misogyny present in the impeachment process against President Dilma Rousseff, etc. In these moments, conservative political actors won the disputes and became stronger in the political field. This conservative-religious offensive had evangelicals and catholic as important actors, among them the current president Jair Bolsonaro, who took advantage of some controversial issues to boost his political career.

**Keywords:** Gender; Sexuality; Conservatism; Right Wing

## **La movilización de cuestiones de género y sexualidad y el fortalecimiento de la derecha en Brasil**

**Resumen:** El artículo analiza cómo los discursos y las acciones contrarias a los derechos de las mujeres y de las lesbianas, gays, bisexuales, transexuales, travestis y transgénero (LGBT) contribuyeron al fortalecimiento de la extrema derecha en Brasil. La contextualización de las disputas relacionadas con el género y la sexualidad en el país en las últimas décadas indica que estos temas estuvieron en el centro de la política brasileña en diferentes momentos, como en las elecciones de 2010; en la ofensiva religiosa en la Cámara de Diputados contra el llamado "kit gay" en 2011; en la articulación para la eliminación de las palabras "género" y "orientación sexual" del Plan Nacional de Educación en 2014; en la misoginia presente en el proceso de juicio político contra la presidenta Dilma Rousseff, etc. En estos momentos, los actores políticos conservadores ganaron las disputas y se hicieron más fuertes en el campo político. La ofensiva religioso-conservadora tuvo el protagonismo de políticos evangélicos y católicos, entre ellos el actual presidente Jair Bolsonaro, que aprovechó algunos temas controvertidos para impulsar su carrera política.

**Palabras clave:** Género; Sexualidad; Conservadurismo; Derecha